

“A pró só fala sobre gravidez e doenças”: as perspectivas de estudantes e docentes sobre a disciplina Educação para Sexualidade

“The teacher only talks about pregnancy and illness”: students’ speeches on the subject of Education for Sexuality

Vinicius Mascarenhas dos Passos
Marcos Lopes de Souza
Núbia Regina Moreira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Jequié/BA-Brasil

Resumo

Este texto discorre sobre uma pesquisa intencionada em discutir as perspectivas de discentes e docentes a respeito do componente curricular Educação para Sexualidade (EPS). Esta disciplina está inserida nos anos finais do ensino fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) das escolas municipais de Jequié (BA). Para a construção das informações, utilizamos um formulário com duas docentes e realizamos grupos focais com 59 estudantes da EJA – Tempo Juvenil de duas escolas distintas. Os/As discentes entendem que essa disciplina é importante para se prevenir contra a gravidez e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), mas desejam mais diálogos sobre as práticas sexuais. As docentes não escolheram lecionar a EPS, não tiveram essas discussões durante a sua formação, mas reforçaram a sua importância no currículo escolar e buscaram trabalhar com atividades mais dialógicas e interativas.

Palavras-chave: Educação para Sexualidade; Ensino fundamental; Educação de Jovens e Adultos.

Abstract

This paper is about a research that aims to discourses the concerns built by students and teachers regarding the curricular component Education for Sexuality (EPS). This subject is inserted in the final years of elementary school and Youth and Adult Education (EJA) - segment II - of municipal schools in Jequié (BA). For the construction of the empirical material, we used a personal questionnaire with two teachers of this discipline and we carried out focus groups with 59 students, from Youth and Adult Education – Youth Temp from two different schools, on themes related to EPS. Students understand that this discipline is important to learn how to prevent pregnancy and Sexually Transmitted Infections (STIs). In addition, it was revealed that other themes have been addressed, such as sexual violence, abortion and intersexuality. They want to know more about STIs and sexual relationships, and they even had many doubts about sexual practices. The teachers emphasized that they did not choose to teach the EPS curricular component, but reinforced its importance in the school curriculum. Therefore, they seek to work with more dialogic and interactive activities that stimulate reflection.

Keywords: Education for Sexuality; Elementary School; Youth and Adult Education.

1. Introdução

Nos últimos anos, algumas reformas educacionais brasileiras têm retirado as questões de gênero e sexualidade das pautas relevantes para a formação cidadã, entendendo-as como ameaças aos valores sociais tradicionais. Em 2011, tivemos o veto da presidência da República em relação ao material educativo Escola sem Homofobia, comumente chamado de kit gay, que pretendia, na época, combater a homofobia nas instituições escolares. Essa suspensão do Kit anti-homofobia se deu em virtude da pressão política de parlamentares conservadores e de outros grupos religiosos, os quais construíram campanhas para derrubar esta proposta de material que visava fortalecer o reconhecimento da diversidade de gênero e sexual nas escolas (Oliveira Júnior; Maio, 2017).

No ano de 2014, uma nova derrota ocorreu com a supressão de gênero e sexualidade das metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024), movida por uma ala mais conservadora do Congresso Nacional, nomeada de “Bancada Religiosa” que, atende múltiplos interesses de grupos religiosos cristãos e deseja conter os avanços no trabalho com gênero e sexualidade em nossas escolas. Em 2018, tivemos outro retrocesso com o silenciamento das questões sobre diversidade de gênero e sexual na implementação da Base Nacional Comum Curricular (Silva; Parreira; Liss, 2017; Monteiro; Ribeiro, 2020).

Esses contramovimentos tiveram a participação de grupos mais conservadores e fundamentalistas e têm difundido um discurso antigênero, por meio da alegação de que a escola estaria promovendo a chamada “ideologia de gênero”. Para esses grupos reacionários, apoiados, especialmente, por igrejas católicas e protestantes, as questões de gênero e sexualidade devem se restringir ao ambiente familiar e que trazê-las para o espaço público significa estimular a homossexualidade, incentivar a promiscuidade, doutrinar as crianças e destruir as famílias fundadas no modelo heterorreprodutivo (Castro; Ferrarl, 2017).

Essa ofensiva antigênero também tem sido um dos lemas do Movimento Escola Sem Partido, cujo propósito é proibir que as escolas se posicionem frente às diferentes problemáticas socioculturais, inclusive sobre a discussão de gênero e sexualidade. Para esse grupo que defende o Escola Sem Partido, os/as docentes doutrinam ideologicamente o alunado e desrespeitam os valores morais familiares (Penna; Vitorassi, 2021). Segundo as informações contidas no site deste mesmo movimento, a escola estaria ensinando educação sexual de maneira transversal nas diferentes disciplinas:

Assim, por exemplo, numa aula de Ciências, ao tratar do aparelho reprodutor, o professor aproveita para explicar aos alunos “como se transa”; ou, numa aula de Comunicação e Expressão, o professor manda que os alunos leiam um texto que, a pretexto de combater o “preconceito”, promove o comportamento homossexualⁱ.

Diante desses ataques, entendemos que, atualmente, um dos maiores desafios enfrentados pelas escolas é o de contestar essa desautorização em dialogar sobre as temáticas envolvendo gênero e sexualidade feita por determinados setores sociais. De acordo com Foucault (1988), há muitos mecanismos de interdição atuando em diferentes espaços socioculturais para nos mostrar que nem tudo pode ser dito e que nem toda pessoa está consentida a dizer aquilo que deseja. O controle sobre quem fala e o que se fala sobre sexualidade tem sido disputado permanentemente e, por isso, também devemos nos posicionar e defender o direito da escola em abordar essas temáticas.

Como já dito por Louro (2008), estamos em um momento de tensões, conflitos, embates, avanços, estagnações e retrocessos no campo dos gêneros e das sexualidades. Talvez, o fato de termos conseguido algumas conquistas no que se refere à garantia de direitos para as mulheres, população negra, indígenas, quilombolas, povos de terreiro e a comunidade LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros(as), queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binária e demais grupos incluídos como minorias de gênero e sexualidade) tenha provocado uma reação daqueles/as que contestam essa garantia de direitos e que se manifestam contrariamente às políticas de ações afirmativas para esses grupos.

Nesta trama de ganhos e perdas, destacamos a implantação, desde 2005, de uma disciplina nomeada Educação para Sexualidade para os anos finais do ensino fundamental das escolas municipais da cidade de Jequié (BA). A proposta de criar esse componente curricular veio do Conselho Municipal de Educação de Jequié, respaldado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 que, em seu artigo, 26 garante a construção de componentes curriculares na parte diversificada do currículo da educação básica (Brasil, 1996; Azevedo; Souza, 2016).

Na época, os motivos que levaram o Conselho Municipal de Educação e, posteriormente, a Secretaria Municipal de Educação, a ofertarem esse componente curricular, decorreram do número expressivo de adolescentes grávidas/os e do aumento dos casos de ISTⁱⁱ/AIDS entre jovens. Desde então, essa disciplina passou a ser oferecida para os/as

discentes dos anos finais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) – segmento II. A escolha desse nível de ensino para a oferta da disciplina se deu por entenderem que as/os estudantes já teriam idade mais adequada para discutirem as temáticas (Azevedo, 2013).

Depois de dez anos de implementação da disciplina EPS nas escolas municipais de Jequié, houve um debate acirrado em relação à votação do Plano Municipal de Educação (PME) deste município (2015-2025). Nesse processo de discussão do PME, apesar de haver demandas mais urgentes a serem pautadas no âmbito educacional, tais como a melhoria da alfabetização das crianças e a eleição para direção escolar, o debate centrou-se na retirada do tópico “Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual”, estimulada por movimentos conservadores, em especial, associados a igreja católica e protestante (Santana; Souza, 2019). Com a pressão desses grupos, as/os vereadoras/es votaram pela retirada dos termos gênero e sexualidade do PME desse município. Apesar disso, a EPS não foi excluída e continuou resistindo ao conservadorismo, permanecendo como disciplina do núcleo diversificado do currículo dos anos finais do ensino fundamental das escolas municipais de Jequié (BA).

Esta disciplina EPS vem sendo pesquisada pelo nosso grupo de pesquisa há alguns anos. Os trabalhos de Azevedo (2013) e Cabral (2016) centraram-se em entender quais princípios norteiam as práticas pedagógicas das/os professoras/es que ministram essa disciplina. Já Souza (2017) e Santana (2020) problematizaram os discursos construídos pelos/as docentes dessa disciplina. Todavia, ainda não foram realizadas investigações intencionadas em entender o que os/as discentes pensam deste componente curricular.

Portanto, este trabalho norteia-se pelas questões: o que os/as discentes pensam sobre o componente curricular Educação para Sexualidade? Para as docentes, quais as intencionalidades construídas em torno da disciplina Educação para Sexualidade? Com isso, objetivamos discutir as ideias das(os) estudantes da EJA – Tempo Juvenil em relação à disciplina EPS e analisar as compreensões das docentes da disciplina EPS, dessas turmas da EJA – Tempo Juvenil, sobre o trabalho com este componente curricular.

2. Caminho metodológico

Neste trabalho nos apoiamos nos estudos pós-críticos e pós-estruturalistas, pensando, dessa maneira, na construção de um percurso metodológico flexível e incerto, nos arriscando

em percorrer por estradas menos seguras, mais desafiadoras e sinuosas, duvidando de nossas certezas prévias e dos olhares preestabelecidos. Aos nos enveredarmos por esses caminhos, contestamos alguns princípios advindos da modernidade, problematizando “o sujeito racional, as causas únicas e universais, as metanarrativas, a linearidade histórica, a noção de progresso, a visão realista do conhecimento” (Paraíso, 2012, p. 28). Nesse ínterim, nossas pesquisas se preocupam com as explicações provisórias, parciais e contextualizadas e buscamos analisar os regimes de verdade, os confrontos e as tensões nas relações de saber-poder (Meyer; Soares, 2005).

Perante isso, resolvemos desenvolver esta pesquisa em duas escolas municipais, localizadas em bairros periféricos distintos do município de Jequié, interior da Bahia. Essas escolas apresentam a disciplina Educação para Sexualidade em sua matriz curricular dos anos finais do ensino fundamental. Por que escolhemos essas escolas? Tínhamos o interesse em conhecer melhor sobre o trabalho com a sexualidade em escolas ainda pouco investigadas pelo nosso grupo de pesquisa, situadas em localidades mais periféricas, apontando elementos singulares e que também apresentassem turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) juvenil – segmento II, modalidade de ensino ainda pouco estudada em investigações sobre o campo da Educação para Sexualidade.

A proposta da EJA – Tempo Juvenil foi elaborada a fim de atender jovens entre 15 e 17 anos e que estivessem com distorção idade/série. As/Os estudantes dessa categoria são caracterizadas/os por aquelas/es que não tiveram acesso à escolaridade, interromperam seus estudos por algum motivo ou foram retidos mais de uma vez, levando-as/os a uma alteração idade/série. Deste modo, a proposta da EJA – Tempo Juvenil considera as necessidades específicas desse grupo, preocupa-se com as culturas juvenis e o que elas/es esperam do mundo do trabalho. O segmento I da EJA – Tempo Juvenil atende estudantes que farão os anos iniciais do ensino fundamental e o segmento II os/as que estudarão nos anos finais (Bahia, 2013).

As duas escolas investigadas funcionam nos turnos matutino e vespertino, oferecendo turmas do 4º ao 9º ano do ensino fundamental e com duas turmas da EJA - Tempo Juvenil – segmento II, respectivamente. Em cada uma das escolas, a pesquisa foi feita com essas duas turmas de EJA juvenil. No período em que a pesquisa foi feita, na instituição 1, na turma A havia 15 pessoas e, na B havia 12 e, na instituição 2, na turma C tinha 15 pessoas e, na D tinha 17, totalizando 59 estudantes participantes.

A produção das informações desta investigação se deu mediante dois instrumentos: a aplicação de um formulário com as duas docentes que ministravam as aulas nas instituições e a realização de grupo focal nas quatro turmas. Conforme mencionado por Gil (1999), o formulário compreende um instrumento em que as questões são formuladas oralmente pelo/a pesquisador/a e por ele/a preenchidas. Em nosso caso, o primeiro autor do trabalho aplicou os formulários com as duas docentes (uma de cada instituição). No formulário havia questões sobre o perfil geral da professora (idade, gênero, estado civil, religiosidade, sexualidade, cor/raça), formação acadêmica, atuação profissional e as compreensões quanto à existência e à relevância ou não da disciplina Educação para Sexualidade.

Com os/as estudantes foi realizado um grupo focal. Esta ferramenta caracteriza-se pela interação entre os/as participantes e o/a pesquisador/pesquisadora, sobretudo por meio da discussão focada em tópicos específicos. O grupo já preexistia à pesquisa e os membros já se conheciam, facilitando o posicionamento deles/as no diálogo. Para que houvesse uma maior interação entre os/as estudantes e o pesquisador (primeiro autor deste artigo), este acompanhou essas quatro turmas três semanas anteriores ao desenvolvimento do grupo focal (Dal'Igna, 2012).

No decorrer do diálogo buscamos estimular tanto as ideias consensuais quanto as contrárias e, com base nisso, analisamos os diálogos. O grupo focal se constituiu de maneira diversa em cada uma das quatro turmas, pois em algumas delas as/os discentes ficaram mais desinibidos/as, mostrando-se comunicativas/os e se expressando mais confortavelmente frente aos questionamentos e, em outras, as/os estudantes ficaram mais encabuladas/os. Neste momento foi importante adquirir a confiança das/os alunas/os para que não fossem obrigadas/os a falar e nem, tampouco, se sentissem avaliadas/os.

O desenvolvimento do grupo focal se deu por intermédio de um roteiro com questões que permitissem às/aos discentes expressarem suas ideias sobre o componente curricular Educação para Sexualidade. Ressaltamos que algumas questões surgiram ao longo da conversa. Todas as falas foram gravadas em áudio com a autorização das/os discentes e, em seguida, transcritas e analisadas.

Com o propósito de manter o anonimato das/os estudantes e das escolas em que a pesquisa foi realizada, utilizaremos códigos para identificação. Nos excertos do grupo focal, quando se tratar do pesquisador utilizaremos P, quando for todos/as usaremos T e quando

for estudante o código será representado por três partes: 1) gênero: se for aluna será utilizada a letra A e se for aluno a letra O, sendo que a cada estudante diferente usaremos um número subscrito; 2) instituição: utilizaremos números 1 ou 2 para diferenciá-las e 3) tempo juvenil: usaremos 6/7 para 6º/7º ano ou 8/9 para 8º/9º ano.

As discussões das informações produzidas na pesquisa foram feitas com base nas autoras e autores que se enveredam pelos estudos pós-críticos, pós-estruturalistas e foucaultianos. Focalizaremos nossas análises em dois questionamentos centrais: O que os/as estudantes pensam a respeito do componente curricular Educação para Sexualidade? Quem são as docentes que ministram a disciplina Educação para Sexualidade e de que forma desenvolvem seu trabalho?

3. O que os/as estudantes pensam a respeito do componente curricular Educação para Sexualidade?

Uma das questões que nos inquietaram na construção deste trabalho foi discutir as compreensões das/os discentes em relação ao componente curricular Educação para Sexualidade. Em um dos grupos focais, a turma entende que ter essa disciplina é algo bom, pois aprendem a se cuidar, compreendem sobre gravidez e a se prevenir de possíveis Infecções Sexualmente Transmissíveis.

P: [...] Eu gostaria de saber qual a opinião de vocês sobre ter uma disciplina que discuta a sexualidade. O que vocês acham?

O₁26/7: É bom.

P: Por que é bom?

O₁26/7: Sei lá.

A₁26/7: Porque a gente aprende várias coisas né.

P: O que vocês aprendem?

O₂26/7: Tipo a prevenção, cuidados.

P: O que mais? Só a prevenção e cuidados? Vocês acham que é bom ter essa disciplina?

A₂26/7: É bom porque a gente aprende várias coisas que a gente não sabe.

P: Sabem citar alguma coisa que foi trabalhado nessa disciplina?

O₃26/7: Sobre a gravidez.

A₂26/7: Sobre a gente se prevenir, sobre doenças que causam nas relações.

Essa questão da prevenção às IST também apareceu em outro grupo focal com estudantes da instituição 1 (tempo juvenil 8º/9º ano), inclusive orientando as/os estudantes a não abrirem mão dessa precaução, não correndo riscos e não se deixando levar pela ideia da beleza física.

*“A pró só fala sobre gravidez e doenças”: as perspectivas de estudantes e docentes sobre a disciplina
Educação para Sexualidade*

*P: Como vocês acham que os conhecimentos dessa disciplina ajudaram vocês?
(Silêncio).*

P: Como vocês acham que saber sobre esses assuntos ajudou na vida de vocês?

*A_{18/9}: Para a gente se prevenir e não correr o risco de pegar alguma DST's...
rostinho bonito, mas doente por dentro...*

P: Então, se prevenir...

O_{18/9}: Contra a gravidez, as DST's.

Esta perspectiva preventiva é uma das diretrizes orientadora de várias propostas de Educação para a Sexualidade, sustentando que as instituições escolares devem desenvolver suas atividades a fim de impedir o contágio de Infecções Sexualmente Transmissíveis e da AIDS por parte das/os adolescentes. Neste pensamento busca-se um controle rigoroso sobre as práticas sexuais, diminuindo ou evitando os riscos em prol do nomeado sexo seguro, abordagem essa que ganhou notoriedade com o advento do HIV/aids nos anos 1980 (César, 2009). No grupo focal da instituição 1, na turma do 6º/7º ano, aprender sobre as formas de contágio de uma IST é um conhecimento considerado relevante pelas/os alunas/os, o que torna inclusive, para elas/eles, uma disciplina muito importante.

P: Então, vocês acham que essa disciplina é importante?

T: Sim.

O_{316/7}: Ela é super importante.

O_{416/7}: Talvez se não tivesse essa disciplina, a gente não saberia quase nada disso daí, correria o risco de pegar alguma doença assim. Tipo, tinha doença que a gente pegava de uma forma e nem sabia...

O_{516/7}: É, se tiver ferida na boca... e fazer um sexo oral e... pode pegar até doença.

O discurso biomédico em torno do controle da sexualidade, incluindo a das/os adolescentes, tem sido defendido, há algum tempo, no ensino da Educação para a Sexualidade nas escolas. Inclusive a justificativa utilizada para que estas questões adentrem o espaço curricular da escola é o índice expressivo da gravidez na faixa etária dos 12 aos 19 anos e de adolescentes que contraíram alguma IST ou mesmo a AIDS. Quando a escola prioriza o debate sobre as IST e os riscos em contraí-las, de alguma forma, ela (re)produz a sexualidade enquanto algo perigoso, associando-a, repetidas vezes, ao risco de se contrair alguma infecção e, por sua vez, distanciando-a do prazer e das vivências dos desejos. Talvez, essa perspectiva gere nas/os estudantes um medo e receio na construção das relações sexuais e, caso a/o discente contraia alguma IST pode fortalecer nela/e a ideia de culpabilidade (Meyer; Klein; Andrade, 2007).

Em outro grupo focal com estudantes da instituição 2 (tempo juvenil 8º/9º ano), o ensino da sexualidade tem se efetivado como aquele que conscientizará as/os estudantes em relação ao que deve ou não ser feito. Neste caso, usar a camisinha nas relações sexuais e buscar orientação com a/o médica/o tem sido alguns dos aprendizados propiciados pela disciplina.

P: Como vocês acham que os conhecimentos dessa disciplina ajudaram vocês?

O_{128/9}: Para ficar mais consciente das coisas que vamos fazer.

A_{128/9}: Usar camisinha.

P: Por que você acha que esses assuntos são importantes?

A_{228/9}: Para procurar um médico quando for ter relações sexuais.

É interessante perceber o quanto a/o profissional da área da saúde se configura como aquela/e que está autorizada/o para falar sobre a sexualidade e a instruir acertadamente as pessoas, inclusive no ambiente escolar. Durante esses anos, enquanto pesquisadoras/es da área de educação, gênero e sexualidade nos deparamos com este desejo por parte de muitas escolas: trazer até este espaço uma/um enfermeira/o para falar com o alunado sobre estas temáticas. Isso nos diz sobre as relações de poder e de saber envolvendo a sexualidade em que o saber médico é tido como a verdade que orientará corretamente as pessoas, um saber visto como praticamente inquestionável.

Nos grupos focais também indagamos quais questões sobre sexualidade eram abordadas durante as aulas. Os temas mais recorrentes foram: gravidez na adolescência, IST (gonorreia, herpes genital, hepatite virais B e C, HIV e sífilis) e prevenção a essas infecções, métodos contraceptivos (pílula anticoncepcional, coito interrompido e preservativo) e ciclo ovariano. Outras temáticas foram citadas por, pelo menos, um dos grupos focais: desenvolvimento embrionário humano; aborto; violência sexual e intersexualidade.

Também questionamos as/os discentes se elas/es gostariam de discutir outras temáticas que não foram abordadas pelas professoras. Na instituição 2, a turma do 6º/7º ano relatou que gostaria de saber mais sobre as novas Infecções Transmitidas Sexualmente e sobre as relações sexuais em si. Nesta questão das práticas sexuais, uma discente ressaltou que a professora discute insistentemente sobre gravidez e doenças e fala pouco sobre sexo. Nos dizeres dela: “É porque a pró [professora] só fala sobre gravidez e doenças” (A_{1126/7}).

Na pesquisa feita por Cabral et al (2016), em que foram analisadas entrevistas semiestruturadas realizadas com 16 estudantes de outra escola municipal, também na cidade de Jequié (BA), ao final do período letivo de 2014, eles(as) também relataram que a professora

da disciplina ensinava sobre o cuidar-se para não contrair as IST/aids, os métodos contraceptivos com o propósito de não engravidar e também conversava sobre drogas, ressaltando a sua proibição.

Com base nessas informações entendemos que a disciplina EPS ainda tem se configurado como um componente curricular que pensa a sexualidade, ancorando-se uma perspectiva prescritiva, higienista e normalizadora da educação de jovens, coadunando-se com aquilo que se construiu como a "educação sexual". Por outro lado, a EPS se distancia da compreensão de uma sexualidade permeada por relações de saber e poder e que mobiliza as questões de prazer e desejo (Xavier Filha, 2017).

No grupo focal feito na instituição 1 (turma 8º/9º ano), as/os estudantes trouxeram algumas dúvidas que tinham sobre sexualidade envolvendo as práticas sexuais.

P: Qual é o assunto que vocês ainda têm dúvidas? Tem algum assunto que vocês ainda têm dúvidas?

O₃18/9: Tinha dúvida. Eu tirei com ela que foi tipo assim, se a menina tiver virgem e a pessoa for fazer sexo com ela e se gozar...

O₆18/9: Ejacular!

A₄18/9: Deixa ele falar.

O₃18/9: Se ela tiver virgem dizem que não engravida. Aí eu queria saber. Aí ela me falou da parte da menstruação.

[...]

O₁18/9: Quantos centímetros é o suficiente para penetrar?

O₆18/9: Oxe, isso aí tu já perguntou para a professora já.

O₃18/9: 12... 15...

O₁18/9: Ela falou 13.

Dizeres como mulher virgem não engravida, na primeira vez, e que o tamanho do pênis interfere no prazer sexual são saberes que foram construídos como verdades no interior de nossa cultura, produzindo modos de pensar e viver os gêneros e as sexualidades. Esses jogos de verdades produzem efeitos nas/os sujeitas/os que vão se constituindo diante desse verdadeiro e falso. Querer saber se a garota virgem não engravida na primeira relação sexual nos diz desse lugar da virgindade ainda tão visto como desejável, especialmente, às mulheres a fim de que elas possam se manter pudicas e aptas ao casamento.

O tamanho do pênis, por sua vez, diz desse símbolo de poder, força e coragem masculina. Inclusive, o prazer da relação sexual é visto, por muitas pessoas, como relacionado ao tamanho da genitália. Assim, é dito que quanto maior o pênis, maior o prazer e, portanto,

maior a satisfação sexual da pessoa. O discurso da indústria pornográfica reitera isso, tanto que, em geral, os filmes eróticos exibem em maior escala homens considerados dotados.

Essas questões sobre as práticas sexuais ainda são pouco discutidas em aula, talvez também porque muitas/os docentes têm receio desse debate. Felipe (2000) aponta como os manuais de boas maneiras, produzidos no século XVIII, colocavam o masculino em lugar de prestígio quando comparado ao feminino, buscando no aparato escolar manter uma severa vigilância em relação aos corpos. Além disso, controlavam as manifestações de prazer na tentativa de evitar estímulos que pudessem despertar o interesse erótico das(os) estudantes. Dessa forma, temas como a masturbação e práticas sexuais eram proibidos, pois era preciso mantê-los/as no desconhecimento e afastados/as de comportamentos considerados inapropriados para sua idade.

Atualmente, ainda é possível identificar os resquícios desse controle quando nesta disciplina Educação para Sexualidade, por exemplo, se deseja regular as práticas sexuais com foco para a prevenção às ISTs ou para evitar a gravidez na adolescência, mas pouco se investe nos diálogos sobre as múltiplas práticas sexuais, os desejos e os prazeres.

4. Quem são as docentes que ministram a disciplina Educação para Sexualidade e de que forma desenvolvem seu trabalho?

A docente da instituição 1, nomeada nesta pesquisa de Valentina, tem 29 anos, é solteira, se reconhece como mulher cisgênera, heterossexual, branca e evangélica. Ela é Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Jequié (BA), em 2012 e tem especialização em Gestão e Educação Ambiental. Ela atua como docente há 6 anos, possui uma carga horária semanal de 60 horas e tem vínculo com outra escola. Além da disciplina Educação para Sexualidade, ela leciona Ciências, Filosofia, Metodologia da Pesquisa, Orientação Profissional e Empreendedorismo.

Já a docente da instituição 2, nomeada neste trabalho de Julia, tem 38 anos, é casada, se reconhece como mulher cisgênera, heterossexual, parda e católica. É licenciada em Ciências Biológicas pela UESB, *campus* de Jequié (BA), em 2007, tem especialização em Ecologia e mestrado incompleto. Atua como professora há 10 anos, tem uma carga horária semanal de 40 horas e com vínculo em outras escolas. Ela ministra aulas de Microbiologia, Educação Ambiental e Fundamentos de Saúde, além da disciplina Educação para Sexualidade.

Sobre o tempo em que trabalham com esta disciplina, enquanto Valentina tem 1 ano e 2 meses, Julia tem 4 anos. Geralmente, as/os professoras/es assumem a disciplina, mas

permanecem pouco tempo (entre 1 a 3 anos), evidenciando uma rotatividade. Com isso, é possível evidenciar que sempre tem novos docentes no componente EPS, contudo, muitas/os não se identificam e nem possuem formações nesse campo de estudos, conforme apontado por Azevedo (2013) e Souza (2017).

Nesse direcionamento, Valentina e Júlia não escolheram lecionar o componente curricular Educação para Sexualidade. Segundo as narrativas das professoras, a EPS era a disciplina que tinha carga horária disponível para elas e, por isso, passaram a trabalhar com essa temática. Não ter escolhido lecionar a EPS nos diz que elas não se interessavam por este componente, não desejando assumi-la, em um primeiro momento, porém, para não ficarem com a carga horária de trabalho incompleta, aceitaram lecionar esta disciplina.

Em uma pesquisa realizada por Cabral e Souza (2017), no ano de 2015, com uma docente que ensinava essa disciplina EPS, em outra escola municipal na cidade de Jequié (BA), também nos inquietou que a professora, nomeada Margarida, não almejava trabalhar com essas questões, embora ela tivesse participado de um processo formativo sobre gênero e sexualidade com o Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia (GAPA-BA), anos antes. Na investigação, a professora relatou não ter ensinado essa disciplina, até então, e que assumiu porque outra professora havia deixado as turmas e que, por ter a formação em Ciências Biológicas, foi indicada a trabalhar com o componente curricular.

Isso também ocorreu com as duas professoras que participaram desta pesquisa. Elas foram designadas a ensinar EPS, pois são formadas em Ciências Biológicas. Entendemos que, ainda persiste uma compreensão da EPS que se orienta pelo discurso biológico, ou que este seja preponderante, por isso elas e não outras docentes são direcionadas para este componente curricular. Portanto, de alguma forma, a disciplina se reafirma como lócus do debate sobre a anatomia e fisiologia do corpo humano, a gravidez na adolescência, parto, as Infecções Sexualmente Transmissíveis, enquanto questões sobre diferenças, relações de gênero, direitos humanos, direitos sexuais, diversidade de gênero e sexual, violência sexual e entre outros são pouco visibilizados ou mesmo negligenciados.

Apoiando-nos em Figueiró (1996), ressaltamos que a escola como um todo pode se preparar para assumir o debate sobre sexualidade. Dessa forma, não devemos delimitar quais áreas ou profissionais devem ministrar a disciplina EPS, tendo em vista que realizar esse trabalho deve partir das motivações pessoais da/o profissional e de docentes que estejam

disposta/os, permanentemente, a conhecer e aprender com o campo dos estudos e pesquisas em gênero e sexualidade e construir relações dialógicas e não impositivas.

Para a Professora Valentina (instituição 1), a EPS é considerada importante, pois trata de um tema atual e há muitos equívocos e preconceitos em torno dessas discussões, o que influencia na percepção das/os discentes. Já Julia (instituição 2) vê como relevante por se tratar de uma questão de saúde pública. As duas concebem como necessária a existência de um componente curricular referente ao tema sexualidade, sendo que para a primeira é papel da escola orientar e esclarecer as/os estudantes sobre estas temáticas e para a outra isso contribui para uma formação além do senso comum. Destaca-se, porém, que para Valentina, a família deve ter o papel primordial de abordar sobre sexualidade, mas, de acordo com ela, às vezes não tem esse conhecimento específico ou não desejam falar com as/os adolescentes, pois isto poderia “despertar”, neles(as), o interesse pelo sexo.

Nenhuma das professoras participou de algum tipo de formação voltada para o trabalho com a temática Educação para Sexualidade. Essa informação tem sido reforçada pelo levantamento das pesquisas sobre educação sexual nas escolas brasileiras realizado por Furlanetto *et al.* (2018) ao destacarem que, frequentemente, as/os docentes não têm formação para lidar com as questões da sexualidade.

Sobre as estratégias didáticas utilizadas pelas professoras para trabalhar com a disciplina Educação para Sexualidade, as/os estudantes relataram gostar de atividades mais dialógicas, interativas e quando as docentes utilizam de outros recursos para além da lousa, tais como: vídeos, imagens, textos, trabalhos em grupo, pesquisas e seminários. Sendo assim, compreendemos que as docentes, em alguns momentos, priorizam estratégias que ampliam a participação das/os discentes, possivelmente, facilitando o aprendizado.

No grupo focal realizado com as/os discentes do 8º/9º ano da instituição 1 foi destacado que a professora Valentina exibiu o filme *Preciosa* para a turma. Este longa-metragem é de 2009, foi produzido por Lee Daniels e narra a história de uma adolescente negra, pobre e gorda, que vive uma série de situações de violência física e sexual cometidas pela mãe e pelo pai e que, aos 16 anos, tem uma segunda gravidez. No relato do grupo focal, as estudantes, em especial, foram tocadas pelo filme talvez por retratar a violência sexual contra as/os adolescentes em que, muitas vezes, o agressor é alguém da vivência delas/es.

“A pró só fala sobre gravidez e doenças”: as perspectivas de estudantes e docentes sobre a disciplina Educação para Sexualidade

Em um trecho dos grupos focais, na instituição 2 (turma 6º/7º ano), as/os discentes apresentaram mais detalhes de como a professora desenvolve sua prática pedagógica na disciplina Educação para Sexualidade.

P: De qual forma vocês gostariam que esses assuntos fossem trabalhados?

A₂26/7: Em atividades.

A₆26/7: Ah não, eu gosto mais quando ela faz umas perguntas em grupo e a gente responde.

O₂26/7: Pesquisas, trabalho...

P: Vocês acham que fixam melhor esses assuntos assim?

A₂26/7: Anham.

P: O que vocês fariam para melhorar essa disciplina?

O₅26/7: Que a pró colocasse mais assuntos.

P: Se vocês fossem professores ou professoras como vocês agiriam?

O₉26/7: Mostraria mais novidades.

A₈26/7: É, não traria os mesmos assuntos, sempre mais novidades.

O₂26/7: Fazer atividades diferentes com a mesma abordagem.

P: O que vocês acham que seriam essas atividades diferentes? O que chamaria a atenção de vocês?

A₁₀26/7: Assim... conversaria mais como os alunos né, fazia um grupo e conversava, né?

P: Como vocês avaliam essa disciplina? Vocês acham que ela é importante?

A₁₀26/7: É importante, é uma das que a gente mais gosta da aula e faz a rodinha... fica todo mundo em silêncio.

Nesse diálogo sobre as atividades desenvolvidas pela professora da instituição 2, as/os estudantes consideraram relevantes os momentos em que a docente elaborou questões para serem trabalhadas em grupo e quando realizou uma roda de conversa com as temáticas sobre sexualidade. Esta última estratégia foi apreciada pelas/os discentes, inclusive reiterando que, desta forma, elas/eles têm uma escuta maior. De acordo com Figueiró (2009), ao possibilitar com que as/os estudantes participem expondo suas opiniões, dúvidas e sentimentos, a aula se tornará mais rica, descontraída e espontânea.

Essa autora também tem apontado outras estratégias de ensino que têm se mostrado fundamentais e imprescindíveis nas aulas sobre sexualidade, tais como o uso da dramatização, dinâmicas de grupo, desenho, modelagem, recorte e colagem, entrevistas, questionários, uso de cartas ou depoimentos de adolescentes, leitura e pesquisa, assim como o uso de recursos como filmes, músicas, cenas de novelas, livros de literatura, pesquisas, manchetes de revistas e de jornais, entre outros. Com a intensificação das relações nas mídias sociais, também é interessante trazer questões que circulem nesses espaços de sociabilidade

digital. Compreendemos que essas estratégias podem ser utilizadas para valorizar o diálogo, o autoconhecimento e a relação entre pensar, sentir e agir. Sendo assim, deve ser estimulado um espaço de confiança e reflexão.

Ainda na instituição 2, na turma 8º/9º ano, as/os alunas/os valorizaram a forma como a professora trabalhou, inclusive porque segundo uma das alunas, a professora anterior só trabalhava com texto que era entregue para eles(as) lerem, porém, não havia interação. Neste mesmo grupo focal, as/os estudantes exemplificaram como a professora trabalhava com a disciplina:

P: [...] Quais são os trabalhos que ela passa para vocês?

O_{428/9}: Pesquisa.

A_{628/9}: Só foi um.

A_{728/9}: Uma pesquisa sobre as doenças sexualmente transmissíveis... um texto de Ana, de Bia, da gravidez na adolescência, um trabalho sobre o corpo humano, uma pesquisa sobre DST's...

A_{428/9}: Ela sugeriu um texto pra a gente ler e reescrever o texto com as nossas palavras... tipo assim, trocar os nomes dos personagens e colocar do jeito que a gente queria que fosse o texto...

Ao analisar os grupos focais realizados nas duas turmas da EJA – Tempo Juvenil da instituição 2 entendemos que a professora desenvolve atividades diversificadas incentivando as/os estudantes a interagirem com os textos e com pesquisas em outras fontes, estimulando-as/os nas reflexões sobre os temas abordados nas aulas. Nesse sentido, reiteramos que as discussões sobre sexualidade na escola não podem ser limitadas à aula expositiva, sendo relevante promover o envolvimento das(os) discentes com o conhecimento a ser trabalhado. Além disso, outras estratégias didáticas podem ser combinadas para atrair a atenção das/os discentes, tornando o processo de ensino aprendizagem mais crítico, inquietante e provocador (Santos, 2009).

Apesar de propormos algumas estratégias de ensino, entendemos que ensinar sexualidade na escola não se limita a colocá-las em prática ou ao como ensinar. É também interessante que as/os docentes compreendam suas inquietações pessoais sobre a sexualidade, problematizando e ressignificando seus valores, sentimentos, crenças e preconceitos. Dessa forma, como nos direciona Figueiró (2009), questionamentos sobre por que e para que deve ser feita uma educação para sexualidade podem ser realizados constantemente.

5. Considerações provisórias

Nesta pesquisa, as/os discentes apontaram que ter a disciplina EPS é importante para cuidarem de si e, principalmente, evitarem a gravidez na adolescência e as IST. Nesse sentido, entendemos que as discussões sobre sexualidade no ambiente escolar têm se caracterizado como responsáveis por conscientizar essas/es estudantes a se manterem longe desses riscos.

Apesar dessa perspectiva preventiva, médica e higienista, a EPS tem possibilitado com que temáticas que foram historicamente silenciadas sejam desenvolvidas, tais como aborto, violência sexual e intersexualidade. Sendo assim, esse componente tem evidenciado novas possibilidades de discussões sobre a sexualidade no espaço escolar. Além de saber mais sobre outras IST, as/os alunas/os também desejam conhecer sobre relações sexuais. Inclusive, apesar de algumas/alguns discentes utilizarem esse espaço para sanar suas inquietações, muitas/os ainda têm dúvidas sobre as práticas sexuais. Esse fato reforça a necessidade do cuidado ao abordar apenas uma perspectiva médica e higienista que desvincula a sexualidade do prazer e pode produzir medo ou repulsa.

No que diz respeito ao perfil das docentes, ambas são formadas em Ciências Biológicas, fato esse que, talvez, reforce o enfoque biológico apresentado na EPS. Apesar de assumirem esse componente curricular, nenhuma delas o escolheu, lecionam a EPS por ser a disciplina com carga horária complementar disponível. Não obstante, ambas reconhecem a importância dessa disciplina de sexualidade para a formação discente. A utilização de atividades mais dialógicas e interativas pelas docentes contribui para que as/os discentes se sintam mais confortáveis para participarem e explanarem suas experiências, reflexões e questionamentos.

Dessa forma, por meio dessa pesquisa foi possível perceber que as/os discentes e docentes entendem a EPS como capaz de estimular a reflexão sobre temáticas urgentes referentes à sexualidade que podem ser abordadas nas aulas de EPS e para além dela.

Referências

AZEVEDO, Suse Mayre Martins Moreira. **Estudo investigativo da disciplina Educação para a Sexualidade em escolas da rede municipal de Jequié-BA**. 2013. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2013.

AZEVEDO, Suse Mayre Martins Moreira; SOUZA, Marcos Lopes de. O ensino da sexualidade

em um componente curricular específico: regulações e escapes. **Ensino em Revista**. Minas Gerais, v. 23, n. 2, p. 367-386, 2016.

BAHIA. Secretaria de Educação. **Proposta pedagógica do tempo juvenil ensino fundamental para estudantes de 15 a 17 anos**. Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica. Diretoria de Educação e suas Modalidades. Coordenação de Educação de Jovens e Adultos: Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.educacao.ba.gov.br/midias/documentos/tempo-juvenil>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **D.O.U.** de 21 dezembro de 1996.

CABRAL, Suzane Nascimento; SOUZA, Marcos Lopes de; SOUZA, Laís Machado de; SANTOS, Beatriz Rodrigues Lino dos; FIGUEIREDO, Roniel Santos; CÔRTEZ, Rita de Cássia Santos; SANTANA, Fernanda Xavier Silva. “É bom para conscientizar as pessoas das coisas que não são para fazer”: o olhar das/os estudantes acerca do trabalho de temas relativos à sexualidade em um componente curricular na educação básica. **Revista da SBEnBIO**, v. 9, p. 7028-7038, 2016.

CABRAL, Suzane Nascimento. **Quando a sexualidade invade a escola**: um estudo sobre os movimentos da disciplina Educação para a Sexualidade. 2016. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2016.

CABRAL, Suzane Nascimento; SOUZA, Marcos Lopes. "Canalizar para o bem versus canalizar para o mal": uma leitura da disciplina educação para a sexualidade nos anos finais do ensino fundamental. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (orgs.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Editora da FURG, 2017, p. 165-186.

CASTRO, Roney Polato; FERRARI, Anderson. A “ideologia de gênero” e processos educativos nos discursos religiosos: efeitos de saber-poder-verdade. In: FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato (orgs.). **Diversidades sexuais e de gêneros**: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 75-99.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. **Revista Educar**. Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.

DAL’IGNA, Maria Cláudia. Grupo focal na pesquisa em educação: passo a passo teórico-metodológico. In: MEYER, Dagmar Elizabeth Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 195-217.

FELIPE, Jane. Infância, gênero e sexualidade. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 1, n.25, p. 115-131, 2000.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. A produção teórica no Brasil sobre Educação Sexual.

Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 98, p. 50-63, 1996.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.). **Educação sexual**: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FURLANETTO, Milene Fontana; LAUERMANN, Franciele; COSTA, Cristofer Batista da; MARIN, Angela Helena. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 168, p.550-571, abr./jun., 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 1 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MEYER, Dagmar Elizabeth Estermann; KLEIN, Carin; ANDRADE, Sandra dos Santos. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. **Educação em Revista**, n. 46, p. 219-239, dez., 2007.

MEYER, Dagmar Elizabeth Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima. Modos de ver e de se movimentar pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em Educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (orgs.). **Caminhos investigativos III**: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 23-44.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites. **Pesquisa e Ensino**, [S. l.], v. 1, p. e202011, 2020. OLIVEIRA JUNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. "Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais": o discurso inaugural no "desagendamento" do kit gay do MEC. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 125-152, mar. 2017.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Elizabeth Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 23-45.

PENNA, Fernando de Araújo; VITORASSI, Silvia. Movimento Escola Sem Partido e a escalada da direita no Brasil: entrevista com Fernando de Araújo Penna. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, p. e0601, 2021.

SANTANA, Thaís Santos. **“Você vai adorar a professora, ela é ótima, ela é boca porca”**: discursos construídos na disciplina Educação para Sexualidade em uma escola no campo. 2020. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2020.

SANTANA, Thaís Santos; SOUZA, Marcos Lopes de. A disciplina Educação para a Sexualidade como espaço de res(ex)istência nas escolas municipais de Jequié-BA. In: COLÓQUIO NACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 13; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 6, 2019, Vitória da Conquista. **Anais eletrônicos** [...] Vitória da Conquista: UESB, 2019. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/view/8531/8838>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. Educação sexual na escola: algumas possibilidades didático-metodológicas. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. **Sexualidade**. Curitiba: SEED, 2009, p. 59-72.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; PARREIRA, Fátima Lúcia Dezopa; LISSI, Cristian Bianchi. Sexualidade e religião – reflexões que cabem à educação escolar. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (orgs.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017, p. 85-102.

SOUZA, Laís Machado de. **“Não morreram de amor, morreram de promiscuidade”**: discursos de professoras sobre a interface entre sexualidade e saúde durante momentos formativos mediados por artefatos culturais. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2017.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a(s) sexualidade(s): carregar água na peneira? **Revista Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, p. 16-39, jul./dez., 2017.

Notas

ⁱ Disponível em: < <http://www.escolasempartido.org/blog/quem-disse-que-educacao-sexual-e-conteudo-obrigatorio/>>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

ⁱⁱ O termo Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) substituiu o uso da nomenclatura Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) pelo entendimento que uma pessoa pode ter e transmitir uma infecção sem desenvolver os sintomas da doença. Por exemplo, a pessoa por ter o vírus do HIV sem desenvolver a AIDS.

Sobre os autores

Vinicius Mascarenhas dos Passos

Possui graduação em licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - campus de Jequié. É mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPGECFP) dessa mesma instituição. Atualmente participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Relações Étnico-raciais (ACUENDAÇÕES) da UESB, coordenado pelo Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza. E-mail: vini-mascarenhas@hotmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8910-572X>.

Núbia Regina Moreira

É graduada em Ciências Sociais pela UFRJ, mestre em Sociologia pela UNICAMP e doutora em Sociologia pela UNB. Realizou Estágio Pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ, como bolsista PNPd-CAPES. Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e docente permanente do Mestrado em Educação na mesma universidade e do Programa da Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS-UNEB). Líder do Grupo de Pesquisa Oju Obinrin Observatório de Mulheres Negras (UESB). E-mail: nrmoreira2@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6171-6756>.

Marcos Lopes de Souza

É licenciado e bacharel em Ciências Biológicas pela USP. É mestre e doutor em Educação pelo PPGE da UFSCar. Realizou estágio de pós-doutorado pela UFJF. É professor titular do Departamento de Ciências Biológicas da UESB, campus de Jequié-BA. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Relações Étnico-raciais (ACUENDAÇÕES). É professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores e do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. E-mail: marcos.lopes@uesb.edu.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7174-1346>.

Recebido em: 19/04/2023

Aceito para publicação em: 23/05/2023